

**PPRI**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**GREVE GERAL
PARA BARRAR AS
PRIVATIZAÇÕES!**

28/02/2024 / nº 33

Derrotar a ofensiva privatizante contra os serviços públicos com uma *greve unificada e por tempo indeterminado!*

Continua a ofensiva privatista do governo de Tarcísio. Já meteu a mão na Sabesp e agora aponta contra a linha 7 Rubi da CPTM. Aprovada a privatização da linha 7, depois será a vez das outras linhas, e também do Metrô. Esse objetivo corresponde aos interesses dos monopólios e do capital financeiro, que objetivam saquear o patrimônio público, e enriquecer à custa do empobrecimento dos assalariados.

A ofensiva privatizante é por etapas, e cumpre todas as “exigências constitucionais” (aprovação da Assembleia Legislativa, audiências públicas, apresentação de oposições, negociações com municípios, direito de fala aos afetados nas instâncias legislativas e públicas, etc.), porque o governo e os empresários amigos sabem que, dessa forma, arrastam os trabalhadores a se perderem nos corredores dos instrumentos da democracia burguesa (ditadura de classe da burguesia). E subordinam suas direções a se afundar nas instituições dos inimigos dos trabalhadores. Parece que não bastaram a essas direções as experiências das privatizações da Eletrobrás, BR Distribuidora, Refinarias da Petrobrás, Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), etc., que mostram claramente que os trabalhadores são enganados, quando apostam nos métodos da pressão parlamentar, desgaste eleitoral, justiça, etc. Já foi comprovado que esse é o caminho da derrota do movimento e da vitória dos privatistas! Se as direções sindicais continuarem nessa trilha, a linha 7 da CPTM será privatizada sem que seja travado um combate à altura contra o governo e os capitalistas, por meio da luta de classes!

Após a primeira audiência pública, convocada para avançar na privatização da Sabesp, o sindicato Sintaema (Sabesp) a caracterizou como “ilegítima”, porque eram “insuficientes” as sete audiências em sete cidades, se comparados aos 375 municípios que se veriam afetados, e porque o governo “não cumpre os preceitos constitucionais de participação e transparéncia”. Defender a “transparéncia”, mais

“tempo” e um debate amplo colabora com as privatizações, desde que feitas “corretamente”. Ora, deveríamos aceitar uma privatização feita “corretamente”? Não! A privatização beneficia os grandes capitalistas, ao mercantilizar serviços públicos essenciais, altamente lucrativos, por serem monopólios naturais. E desgraçam os trabalhadores (que ou são demitidos ou são obrigados a aceitar a retirada de direitos e diminuição salarial), e a população assalariada em geral (que arca com os aumentos dos preços e piora dos serviços). Ao exigir “transparência” nos debates legislativos e audiências públicas, e não convocar uma greve unificada contra as privatizações, as direções acabam favorecendo os objetivos do governo.

O que aconteceu com a Sabesp deve servir de lição aos trabalhadores, especialmente ferroviários e metroviários. O governo não enfrentou a democracia operária e a ação unitária e coletiva das massas, mas a conciliação de classes e unidade burocrática. Tarcísio não venceu os trabalhadores e sua capacidade de luta e força coletiva, e sim suas direções capitulantes. E agora estão reproduzindo métodos que levaram à derrota da Sabesp no ano passado, com a diferença que este ano subordinam as lutas e manifestações aos interesses dos petistas e aliados para as eleições municipais agora, e daqui a dois anos, as estaduais.

As direções do Metrô, da CPTM e da Sabesp aprovaram em janeiro um calendário de lutas, burocraticamente, por cima das assembleias, e que subordina, mais uma vez, a mobilização ao calendário legislativo, às conversas com deputados e aos protestos isolados – convoca-se um ato unitário apenas quando se vai tratar da privatização da linha 7 Rubi na Alesp. Sem enfrentar a resistência organizada e unitária dos trabalhadores, o governo continuará a ofensiva privatista, até a última das linhas da CPTM e do Metrô serem entregues aos capitalistas.

Somente os trabalhadores e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir com suas próprias mãos e métodos de luta a defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais. Somente uma greve unificada, sob controle das bases e seus organismos próprios, poderá impor a retirada dos projetos privatizantes ao governo.  

Basta de correr atrás de deputados e das audiências!

Exigir o controle operário e a imediata abertura dos livros de contabilidade das empresas aos trabalhadores e usuários!

Convocar novas assembleias para aprovar a greve unificada e por tempo indeterminado dos trabalhadores da Sabesp, CPTM e Metrô!

Convocar usuários e trabalhadores para organizar um movimento unitário contra as privatizações, sob um programa comum e os métodos da ação direita!